

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

AQUISIÇÃO, INSTALAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE

PROTEÇÃO ANTIQUEDA

TA_23_I08_CI_B_004_SSE

PROGRAMA DO CONCURSO

Junho 2023

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º

OBJETO DO CONCURSO

O presente concurso tem por objeto a “Aquisição, Instalação e Certificação de Equipamentos de Proteção Antiqueda para as Instalações da Águas do Tejo Atlântico”, em conformidade com o definido no Caderno de Encargos e nos seus Anexos I e II que dele fazem parte integrante.

ARTIGO 2º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, S.A., adiante designada por “Tejo Atlântico”, com sede na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514 387 130, com o endereço eletrónico geral.adta@adp.pt, telefone: +351 213 107 900 e fax +351 213 107 901.

ARTIGO 3º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar, nos termos do n.º I do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por deliberação da Comissão Executiva da Tejo Atlântico, em reunião realizada no dia 11 de julho de 2023, ao abrigo das Delegações de Competências em vigor na Tejo Atlântico, aprovadas pelo seu Conselho de Administração, em 21 de abril de 2023.

ARTIGO 4º

PLATAFORMA ELETRÓNICA

1. O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt> (doravante denominada por “plataforma eletrónica” ou “plataforma AcinGov”).
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* gratuito das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta, nos termos e mediante as indicações constantes da mesma.

ARTIGO 5º

ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentadas pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 23h59 do final do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do final do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do final do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam, até ao final daquele prazo, por ele expressamente aceites.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 2 ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo neste caso atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
5. A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 2 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO II

PROPOSTA

ARTIGO 6º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- I. As propostas, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, devendo ser preenchidas as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento, conforme o modelo que constitui o **Anexo I** ao Presente Programa do Concurso;

- b) Proposta de preço (indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o expresso por extenso), que não deve incluir o IVA, conforme modelo que constitui o **Anexo II** ao presente Programa do Concurso;
 - c) Lista dos Preços Unitários, devidamente preenchida, em formato *excel* e *pdf*, elaborada em conformidade com o modelo que constitui o **Anexo III** ao presente Programa do Concurso;
 - d) Os seguintes documentos contendo os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a Tejo Atlântico pretende que o Cocontratante se vincule:
 - i. Fichas Técnicas de todos os equipamentos constantes da Lista de Preços Unitários que constitui o **Anexo III** ao presente Programa do Concurso com correspondência ao item a que se referem na LPU;
 - ii. Lista da equipa técnica, a afetar à execução contratual, a qual deve respeitar obrigatoriamente os seguintes requisitos mínimos: (a) 1 (*um*) Coordenador e 4 (*quatro*) técnicos operacionais, com experiência mínima superior a 2 (*dois*) anos, no desenvolvimento de funções no âmbito de trabalhos em altura e espaços confinados; (b) No mínimo, 1 (*um*) elemento habilitado com CAP de TSST, formação certificada em “Trabalhos em Altura e Espaços Confinados” e experiência no setor das águas, em particular nas atividades de saneamento, a afetar em qualquer intervenção nas instalações da Tejo Atlântico;
 - e) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente Certidão Permanente do Registo Comercial com todas as inscrições em vigor ou disponibilização do respetivo código de acesso *online*;
 - f) Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.
- 2. Os documentos que integram a proposta devem obrigatoriamente ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente certificada.
 - 3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem numa das modalidades jurídicas referidas no artigo 15.º, elaborada de acordo com o modelo constante do **Anexo IV** do presente Programa do Concurso.
 - 4. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

ARTIGO 7º

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 8º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 23h59 do 32.º (*trigésimo segundo*) dia, a contar da data de envio para publicitação do anúncio em Jornal Oficial da União Europeia.

ARTIGO 9º

MODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º do presente Programa de Concurso, devendo ser individual e eletronicamente assinados.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitam relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º do presente Programa de Concurso de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

ARTIGO 10º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

É de 66 (sessenta e seis) dias, o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

ARTIGO 11º

FASE DE NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação.

SECÇÃO III

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

ARTIGO 12º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

- I. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, nos termos previstos na alínea b) do n.º I do artigo 74.º do CCP, sendo adjudicada a proposta de preço total mais baixo apresentada, de acordo com o somatório dos preços unitários de cada um dos itens da LPU a que se refere o Anexo III ao presente Programa do Concurso.
2. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeito de desempate, os seguintes critérios:
 - a) O preço total mais baixo resultante do somatório dos preços propostos para os itens 32 ao 34 da LPU, conforme **Anexo III** do Programa do Concurso;
 - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em 1º lugar a proposta que apresentar o preço unitário mais baixo para o item 7 da LPU, conforme **Anexo III** do Programa do Concurso;
 - c) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em 1º lugar a proposta que apresentar o preço total mais baixo resultante do somatório dos preços propostos para os itens 1 ao 36 da LPU, conforme **Anexo III** do Programa do Concurso;
 - d) Se, ainda assim, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - i. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - ii. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iii. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números respetivos;

- iv. Determinar-se-á a ordenação dos concorrentes para efeitos de retirar a bola pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;
- v. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
- vi. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

ARTIGO 13º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- I. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º do presente Programa de Concurso:
 - a) Declaração de habilitação elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II do CCP, conforme **Anexo V** ao presente Programa do Concurso;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, designadamente:
 - i. Certificado do registo criminal da empresa ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontram satisfeitos;
 - ii. Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência do Adjudicatário que se encontrem em efetividade de funções ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontram satisfeitos;
 - iii. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iv. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Alvará de empreiteiro de obras públicas para a 10.ª subcategoria (Sistemas de extinção de incêndios, de segurança e de deteção) da 4.ª categoria (Instalações elétricas e mecânicas), Classe I;

- d) Declaração dos fabricantes dos equipamentos antiqueda que ateste a habilitação do Adjudicatário para proceder à sua instalação e certificação;
 - e) Comprovativo de detenção de CAP de Técnico Superior de Segurança no Trabalho (TSST);
 - f) Certificados de habilitação em “Trabalhos em Altura e Espaços Confinados” dos membros da equipa técnica a afetar aos serviços a realizar, com identificação do Gestor de Contrato/Coordenador da aquisição de serviços;
 - g) Certidão Permanente do Registo Comercial ou disponibilização do respetivo código de acesso online, com todas as inscrições em vigor, para a identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
2. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o Adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP:
- a) Declaração de Compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico, elaborada em conformidade com o modelo do **Anexo VI** do presente Programa do Concurso;
 - b) Identificação de outorgantes e interlocutores para efeitos de comunicação, conforme **Anexo VII** ao presente Programa do Concurso.
3. Caso o Adjudicatário revista a forma de um agrupamento:
- c) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas b) e g) do número I devem ser apresentados por todos os seus membros;
 - d) O documento de habilitação previstos na alínea c) a f) do número I devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.
4. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente certificada.
5. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos na alínea b) do número I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
6. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa

consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

7. O Adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do número 1 caso se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
8. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (*cinco*) dias, na sequência de solicitação do Adjudicatário formulada à Tejo Atlântico antes de expirado o prazo a prorrogar.
9. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente certificada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
10. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, e esse facto não seja imputável ao Adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

SECÇÃO V

CONTRATO

ARTIGO 14º

CAUÇÃO

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução ao Adjudicatário.

ARTIGO 15º

MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO COCONTRATANTE

- I. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos

do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, ou agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto.

2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 16º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se celebrado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do Adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

ARTIGO 17º

DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela Tejo Atlântico, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A Tejo Atlântico garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A Tejo Atlântico garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adta@adp.pt

ARTIGO 18º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o artigo 6.º, n.º I alínea a) do Programa do Concurso]

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt.>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento.
- As partes IV e V do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇO

[a que se refere o artigo 6.º, n.º I, alínea b), do Programa de Concurso]

F_____ (*identificação do Cocontratante pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do Cocontratante, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada, na qualidade de representante legal _____[qualidade em que subscreve a declaração - só aplicável se se tratar de pessoas coletivas] de _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento Cocontratante: no caso de sociedade, a firma, o número de identificação fiscal, a sede e o código de acesso à certidão permanente, no caso de agrupamento, as firmas, os números de identificação fiscal, as sedes e os códigos de acesso às certidões permanentes dos respetivos membros]*, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para celebração do contrato para a **“Aquisição, Instalação e Certificação de Equipamentos de Proteção Antiqueda – TA_23_I08_CI_B_004_SSE”** – declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a fornecer os bens e a prestar os serviços que constituem objeto referido contrato, em conformidade com o caderno de encargos, nas condições técnicas propostas e pelos preços unitários constantes na Lista de preços unitários adjudicada, até ao montante máximo de 200.000,00€ (*duzentos mil euros*), a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e data,

(assinatura(s))

ANEXO III
LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

[a que se refere o artigo 6.º, n.º I, alínea c), do Programa de Concurso]

(DOCUMENTO AUTÓNOMO)

ANEXO IV

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

[a que se refere o artigo 6.º, n.º 3, do Programa de Concurso]

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Concurso Público destinado à celebração do Contrato de **“Aquisição, Instalação e Certificação de Equipamentos de Proteção Antiqueda - TA_23_I08_CI_B_004_SSE”**, e nos termos do número 3 do artigo 6.º do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio ou Agrupamento Complementar de Empresas. (a)

A participação qualitativa de cada empresa no consórcio ou Agrupamento Complementar de Empresas a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa _____ representará o Consórcio ou Agrupamento Complementar de Empresas perante a Águas do Tejo Atlântico, devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a Águas do Tejo Atlântico, responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da Águas do Tejo Atlântico a qualquer alteração na composição do Consórcio ou Agrupamento Complementar de Empresas, sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____

Assinatura (b) _____

(a) - No caso de o Consórcio ou Agrupamento Complementar de Empresas adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o consórcio ou agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) - Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP e o artigo 13.º, n.º I, alínea a), do Programa de Concurso]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento Cocontratante, firmas, números de identificação fiscal e sedes], Adjudicatário no procedimento de Concurso Público destinado à celebração do contrato de **“Aquisição, Instalação e Certificação de Equipamentos de Proteção Antiqueda - TA_23_108_CI_B_004_SSE**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como Cocontratante ou como membro de agrupamento candidato ou Cocontratante, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), Assinatura (5)

(1) Aplicável apenas a Cocontratantes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o Cocontratante ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada>>.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o Cocontratante ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada>>.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO
SISTEMA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL DA ÁGUAS DO TEJO
ATLÂNTICO, S.A.

[a que se refere o artigo 13.º, n.º 2, alínea a), do Programa de Concurso]

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste acto representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

- I. Cumprirá as disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., nos termos do “Manual de Fornecedores – requisitos de fornecimento”, aprovado no dia 03 de julho de 2018 e do próprio Sistema de Responsabilidade Empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- II. Disponibilizará a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- III. Disponibilizar-se-á para ser auditado pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN 45001 no que respeita ao controlo dos fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com o fornecimento de bens à Águas do Tejo Atlântico, S.A.

[Local] , [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO VII

IDENTIFICAÇÃO DE OUTORGANTES E INTERLOCUTORES PARA EFEITOS DE COMUNICAÇÃO

[a que se refere o artigo 13.º, n.º 2, alínea b), do Programa de Concurso]

Declara-se que na outorga do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Público destinado à celebração do Contrato de “**Aquisição, Instalação e Certificação de Equipamentos de Proteção Antiqueda - TA_23_I08_CI_B_004_SSE**”, o Adjudicatário será representado por xxx, na qualidade de xxx, conforme consta na certidão com o código de acesso xxx (indicar outra forma de delegação, se aplicável, ex: procuração emitida em xxx, ata de AG data de de xxx).

Mais se declara que, no âmbito da execução do contrato a celebrar, as comunicações a efetuar se realizarão para os seguintes contactos:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [●]
- Telefone n.º [●]
- Correio eletrónico [●]

[Local], [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)